

AS FACETAS DE UMA CRISE: SERIA O PESQUISADOR UM ATOR?

Adamário Almeida de Oliveira Dias¹

RESUMO

Este artigo procura elucidar como as relações sociais, que por sua vez são objetos de estudo das ciências econômicas, e o próprio desenvolvimento econômico, não são captados em sua completa magnitude por alguma determinada teoria, tornando-se de certa forma falha a tentativa de transpassar o real para um papel em forma de teoria, criando assim, abertura para o surgimento de diversas teorias. O pesquisador em sua jornada de formulação de uma teoria está sujeito a diversas situações, experiências e conhecimentos, que por sua vez podem moldar o rumo de suas pesquisas e conclusões. O que busco expor no presente artigo é como foram formulados diferentes pensamentos para demonstrar o que levam as economias a entrarem em colapso. E para isso serão utilizados como ferramentas o pensamento dos austríacos, o pensamento keynesiano e o pensamento marxista.

Palavras-chave: crise; demanda efetiva; sistema de preços.

INTRODUÇÃO

Quando nos deparamos com textos, bibliografias, ensaio, artigos, entre outras várias maneiras de afirmação e difusão de um saber, principalmente no que tange a estudos relacionados às ciências humanas, estamos lidando com uma, das várias possíveis, maneiras de relacionar os porquês de um fenômeno e seus desdobramentos. Tento expressar aqui essa reflexão, que com o tempo se torna cada vez mais lúcida e evidente para mim, pois esta foi explanada para mim em meu primeiro período como uma introdução às ciências sociais, uma vez que a ciência econômica estuda as relações sociais. E começo assim este artigo, porque ao estudarmos uma gama de autores, estamos sempre estudando teorias, mas nunca uma verdade absoluta. Como o foco desse saber é a relação social, não se trata de um conhecimento homogêneo, exclusivo de alguém, sendo a verdade, por assim dizer, uma verdade relativa, que não abrange o todo, portanto frágil e mutável. Portanto, a verdade é este artefato transitório, e isso na história do pensamento econômico fica bem retratado quando vemos os diversos paradigmas teóricos que tiveram sua ascensão e sua queda.

Então o intuito não é aprofundar de que modo o pesquisador se torna um ator ao analisar e estudar um objeto, mas sim tomar isso como pressuposto e trazer à tona como essas diferentes verdades encaram e explicam as crises em nossa economia capitalista. Para o desenvolvimento da

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

discussão será analisada a visão dos austríacos, com enfoque no pensamento de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, no pensamento de John Maynard Keynes e na visão de Karl Marx.

OS AUSTRÍACOS

A escola austríaca, durante grande parte do século XX não apresentou uma grande ameaça aos paradigmas vigentes, uma vez que seus autores não eram tão discutidos e não tinham muito representatividade no pensamento econômico. Pensadores como Menger e Böhm-Bawerk influenciaram fortemente o pensamento de Mises, que por sua vez serviu de inspiração para Hayek. Entretanto, mesmo sem estar sob os holofotes, longe de se consolidarem como um paradigma, davam continuidade às suas pesquisas e não pararam de produzir. Acredito que o ponto que tenha trazido os austríacos “de volta para o jogo” foi Hayek ganhar em 1974 o prêmio Nobel de Economia, com suas contribuições sobre os ciclos econômicos. Mas antes de falar de Hayek, voltemos a Mises. Sempre influenciado pelo pensamento de Menger, Mises era adepto da praxeologia, sendo a ação humana derivada de outras ações, que se relacionam, formando um processo contínuo e dinâmico, e além disso encarava a economia por uma perspectiva subjetivista, e foi a partir dessa visão que englobou o estudo da moeda, conseguindo avançar os estudos referentes à utilidade marginal da moeda, além de discutir o crédito na economia. Para Mises o crédito desempenha um papel fundamental para explicar as origens e as consequências das crises, uma vez que afeta a taxa de juros por exemplo:

[...] A criação expansiva de créditos e depósitos sem a correspondente poupança efetiva (meios fiduciários) - originada por um sistema bancário baseado num coeficiente de reserva fracionária dirigido por um banco central - não só gerava um crescimento cíclico e descontrolado da oferta monetária, como também, ao materializar-se na criação de ex nihilo de créditos a taxas de juros artificialmente reduzidas, inevitavelmente dava lugar a um “alargamento” artificial e insustentável dos processos produtivos, que tendiam assim a tornar-se de forma indevida excessivamente intensivos em capital. (SOTO, 2010, p.95)

Para Mises, havendo uma expansão do crédito e dos depósitos sem uma poupança por trás, necessariamente se desencadearia um processo inflacionário, levaria a economia para uma tendência oposta àquela desejada, ou seja, necessariamente essas atitudes no longo prazo levariam a economia para a recessão econômica, sendo necessário (Soto, 2010) realocar e liquidar os recursos que foram aplicados de maneira errada para contornar tal estagnação. Como forma de remediar situações como esta descrita anteriormente, Mises sugere extinguir os empréstimos por parte dos bancos, ou seja, a solução seria estabelecer o fim da criação secundária da moeda, pois é esta que

acarreta os empresários a fazer investimentos errados enquanto empreendedores criativos acarretando na estagnação e recessão da economia:

“É evidente que a única forma de eliminar a influência humana sobre o sistema creditício é suprimir toda a ulterior emissão de meios fiduciários. A ideia básica da lei de Peel mantém a sua vigência, devendo-se incluir a emissão de crédito sob a forma de saldos bancários na proibição legislativa de uma maneira ainda mais completa que a Inglaterra de seu tempo... Seria um erro supor que a moderna situação de câmbio terá que continuar existir. Ela carrega em si mesma o germen da sua própria destruição; o desenvolvimento dos meios fiduciários conduzirá inevitavelmente à sua falência” (MISES apud SOTO, 2010, p.95)

E é a partir desse entendimento do funcionamento da economia que Mises explica a Grande Depressão de 1929, por exemplo, como fruto de uma política monetária expansionista e arbitraria, sem um controle rígido do crédito, provocando um resultado satisfatório nos momentos iniciais (início e meados dos anos 20), mas que carregavam em si um grande potencial para desastre, tendo sua eclosão justamente em 1929.

Dando continuidade ao pensamento dos austríacos sobre a crise, seus determinantes e seus impactos, tem-se o pensamento propalado por Friedrich Hayek, que como já dito anteriormente, foi Prêmio Nobel de Economia em 1974 devido às suas colaborações para o entendimento da moeda na economia capitalista, além de seus estudos sobre os ciclos econômicos. Hayek, se debruçando nos pensamentos de Böhm-Bawerk, partilhava de que (SOTO, p.95) todo o aumento da poupança resultaria em uma redução do consumo, criando uma alteração (queda) nos preços relativos dos bens de consumo. Para Hayek, essa redução dos preços dos bens de consumo, provocada justamente pelo aumento da poupança, provocaria um aumento dos salários reais (se um bem torna-se mais barato, o seu poder de compra se amplia, à medida que com a mesma quantidade de moeda é possível adquirir mais bens), levando a uma maior procura por bens de investimento. Além disso, o autor aponta um efeito indireto com tal medida, sendo essa em relação aos lucros empresariais daqueles setores que se encontram mais distantes do consumo. Se temos um aumento da poupança, há uma alteração então na taxa de juros, tornando essa menor, fazendo que alguns produtos nesse cenário tornem-se mais viáveis do que antes. Para Hayek, portanto, através desse procedimento natural de aumento da poupança e maior possibilidade de financiamento como consequência, devido as menores taxas de juros vigentes, é possível alavancar um processo de crescimento da economia e ampliação da escala produtiva, com uma maior presença de máquinas na produção. Entretanto, o autor problematiza a questão quando este fenômeno não acontece de maneira natural, mas sim “forçada”:

O problema coloca-se, segundo Hayek, quando a manipulação monetária sob a forma de expansão creditícia produzida pelo sistema bancário, sem um aumento prévio da poupança, põe à disposição dos empresários novos

recursos financeiros, que estes dedicam ao investimento como se a poupança da sociedade tivesse aumentado, quando de fato assim não sucedeu. Desta forma, produz-se um alargamento dos processos de investimento, motivado pela diminuição artificial da taxa de juro, que não poderá manter-se a longo prazo. O importante para Hayek são, portanto, as variações que o crescimento monetário induz sobre os preços relativos (mais concretamente, sobre os preços das distintas etapas dos bens de capital e sobre os preços dos bens de consumo) [...] (SOTO, 2010, p.111)

Percebe-se que para Hayek então, assim como Mises (uma de suas grandes influências) a forma de atuação do atual sistema bancário é o grande problema das economias modernas, pois esses fomentam a expansão e facilitação do crédito, sem um aumento da poupança de mesma magnitude em um momento anterior, causando distorções de maneira indesejada na estrutura produtiva, pois essas são artificiais e não são capazes de se manter, desencadeando então os impactos causados pelos erros de investimento, levando a economia a estagnação/recessão. Deste modo toda alteração monetária é negativa.

O procedimento pelo qual a distorção dos preços relativos impacta negativamente a economia segundo o pensamento Hayekiano fica bem explícita nos escritos de (Soto,2010) quando nos diz que a criação de nova moeda é gasta primeiramente em bens de capital, logo, os preços desses bens mais distantes da etapa de consumo serão afetados primeiro, alterando o destino dos recursos ao longo das etapas. Como já dito, a expansão creditícia é acessada devido a redução das taxas de juro, e estas finanças para Hayek serão aplicadas mais em investimentos do que em consumo propriamente dito, distorcendo o entendimento dos empresários, pois os lucros proporcionados por esse capital também serão alterados, em todas as etapas da produção. Investimentos inviáveis tornam-se viáveis, aumentando o nível de investimento, levando a um aumento dos preços dos fatores de produção, e além disso a necessidade de recursos naturais se torna maior, aumentando também seus preços. Os lucros na indústria de consumo por sua vez, sofrem uma retração, pois o custos de produção agora encontram-se maiores, porém os preços não sofrem um acréscimo de mesma magnitude. Tal fenômeno leva a uma migração de investimento em etapas mais próximas ao consumo para setores mais intensivos em capital, justamente em busca do lucro.

Vale aqui ressaltar mais uma vez que devido a essa alteração na taxa de juros, muitos empresários agora fazem investimentos que antes não eram viáveis, logo, empregam também mais trabalhadores que antes estariam desempregados. Em decorrência disso, teremos uma maior busca então por bens de consumo, pois essa nova renda embutida no sistema que chega até os consumidores não será poupada por completa, mas sim aplicada como consumo. Com isto, cria-se um movimento inverso, gerando uma alta nos preços relativos dos bens de consumo , tanto pelo aumento do consumo dos consumidores como já dito, mas também por uma redução na oferta

destes bens consumo, uma vez que em um momento proximamente anterior foram retirados os recursos desses setores mais próximos ao consumo.

Assim sendo temos um aprofundamento de tal inversão, pois agora são as indústrias mais próximas ao consumo que auferem maiores lucros, empresas essas mais trabalho intensivas, que tem parte do aumento de seus lucros justificados pelo aumento do preço dos bens de consumo, logo, perda de salário real dos trabalhadores. Agora teremos como fruto dessa realidade uma migração dos investimentos para esses setores que se encontram mais lucrativos (para aqueles que o podem fazer, pois aqui entra um fator crucial, que nem todos podem migrar de volta, setores intensamente intensivos em capital sofrem com grandes perdas), pois muitos setores só são rentáveis com a taxa de juros baixa. E como não existe uma poupança prévia formada, a crise se manifesta por não ser possível continuar o financiamento desses grandes investimentos, provocando um excesso de produção (agora inacabada em partes) nos setores intensivos em capital e uma escassez nos setores mais próximos ao consumo.

Como para Hayek a origem do problema é bastante semelhante ao seu antecessor e influenciador Mises, ele também aponta uma solução bastante semelhante para o problema:

“Hayek, portanto, leva até às últimas consequências a teoria do capital de Böhm-Bawerk e a análise dos ciclos de Mises, ao explicar de que forma o intervencionismo monetário produz uma generalizada descoordenação temporal entre as decisões dos agentes econômicos investidores e consumidores. Explica-nos também que a recessão não é mais do que uma etapa de saudável reajustamento econômico que não se deve tentar evitar, mas apenas facilitar, acabando com toda posterior expansão creditícia o fomento artificial do consumo e deixando que as forças do mercado gradualmente voltem a estabelecer uma estrutura produtiva mais de acordo com os verdadeiros desejos dos agentes econômicos.” (SOTO apud SOTO, 2010, p.115)

Apesar do pensamento austríaco procurar se distanciar do paradigma neoclássico, podemos ainda encontrar pontos em que tais visões se aproximam. Através do decorrer do texto podemos perceber que os austríacos, assim como na visão neoclássica, propõem uma redução/proibição dos bancos na economia, fazendo desses apenas grandes locais para depósitos, retirando a função por exemplo de financiamento e da criação secundária da moeda. Além disso, apesar de procurar dar enfoque na questão dos preços relativos nas diferentes etapas da escala produtiva (seja mais intensiva em capital, ou seja, mais intensiva em trabalho), os preços ainda continuam sendo o grande norte da economia, os agentes se guiam pelos preços. E um ponto que deve ser destacado é que no paradigma posto pelos austríacos o empreendedor criativo assume um papel de personagem principal, e é ele quem dita a dinâmica de todos os processos, o que parece obscurecer um caráter meritocrático por trás desse pensamento.

O PENSAMENTO DE KEYNES

Na ótica de Keynes sobre a economia, o autor apresenta em sua obra “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” que a economia capitalista é necessariamente uma economia monetária e além disso escreve sobre os ciclos na economia capitalista. E tratando-se de ciclos, parte desse ciclo (a parte descendente) pode ser entendida como crise, que segundo (Keynes, 1996) é a substituição de uma fase ascendente por outra descendente de uma maneira repentina e violenta. Para melhor entendimento de crise em Keynes, devemos elucidar dois termos, sendo eles: taxa de juros e eficiência marginal do capital. Segundo Keynes:

A taxa de juros não é o “preço” que equilibra a demanda de recursos para investir e a propensão de abster-se do consumo imediato. É o “preço” mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível. (KEYNES, 1996, p.159-160)

Para entender a eficiência marginal do capital, temos que:

A relação entre a renda esperada de um bem de capital e seu preço de oferta ou custo de reposição, isto é, a relação entre a renda esperada de uma unidade adicional daquele tipo de capital e seu custo de produção, dá-nos a eficiência marginal do capital desse tipo. Mais precisamente, defino a eficiência marginal do capital como sendo a taxa de desconto que tornaria o valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta. (KEYNES, 1996, p. 136)

Estas então são as duas taxas que definiram as ações dos indivíduos mediante o meio. A eficiência marginal do capital não depende exclusivamente da quantidade de bens de capital e do custo presente da produção de tais bens, mas também de uma série de variáveis-chaves da economia sobre o futuro que não podem ser medidas com precisão, inviabilizando um cálculo preciso para a decisão de novos investimentos. A taxa de juros por sua vez, é influenciada pela quantidade de moeda presente na economia e também pela preferência pela liquidez dos agentes. Segundo (Keynes, 1996) preferência pela liquidez é a tendência em que o indivíduo reterá em mãos dada uma taxa de juros.

Dito isto, para Keynes o aparecimento da crise se dá devido a um não cumprimento de seu princípio da Demanda efetiva. Dado um nível de emprego e um preço de oferta de uma produção, temos que a relação entre estes dois elementos forma a função da Oferta agregada. Complementar a isto, temos que o que é esperado pelos capitalistas após empregar tal nível de trabalhadores (o mesmo nível da oferta agregada), forme a Demanda agregada. A partir disso podemos perceber que o nível de emprego é um fator crucial no pensamento de Keynes, e que este depende dessas duas funções. A Demanda efetiva neste caso se dá quando essas duas funções se igualam. Através da explicação dos motivos de especulação, transação e precaução, Keynes nos mostra que nem toda a

renda será convertida em consumo, pois de acordo com a Lei psicológica fundamental, o consumo será: $C = R(a)$, em que C é o consumo, R a renda e (a) a propensão a consumir, sendo $0 < (a) < 1$. Portanto, para o cumprimento da demanda efetiva, passa a ser necessário que o investimento preencha tal lacuna que não é preenchida pelo consumo. Portanto, o equilíbrio, dado um nível de emprego, depende também do nível de investimento. Sabemos que a crise, a entrada na parte do ciclo descendente, é a insuficiência da demanda efetiva, ou seja, é quando o investimento dado um nível de emprego, não preenche esta lacuna.

Cabe-nos agora entender que motivos levam a esse nível de investimento aquém do ideal. Como a decisão do investimento se baseia nas duas taxas principais da economia, taxa de juros e eficiência marginal do capital, é através da variação dessas que procuraremos nossas respostas.

Em contrapartida ao que é proposto pelos austríacos, para Keynes o investimento é quem forma a poupança e além disso, o sistema bancário apresenta uma função fundamental para a manutenção da identidade investimento-poupança. É através do investimento e pelo intermédio dos bancos que os investimentos são realizados e se mantêm, através dos depósitos, dos empréstimos e das renegociações de prazo por exemplo.

Bem, um dos fatores fundamentais para entendermos o investimento em Keynes é que existem dois tipos de investidores: os empreendedores e os especulativos. Os empreendedores estão em busca de novos investimentos e se baseiam majoritariamente na eficiência marginal do capital, enquanto os especulativos se norteiam pela taxa de juros e se importam com a compra e venda de ações, com as variações do mercado financeiro, não se “importando” com o resultado final desse investimento. Então segundo (Keynes, 1996) temos que a taxa de juros

tem uma tendência a aumentar devido a uma maior demanda por moeda para fins de transações e fins especulativos, por exemplo. Essa situação se encaixa tanto numa situação de desencadeamento de uma crise como no caso de agravamento, sendo esse último caso mais recorrente. E isso se explica porque quando temos altas taxas de juros, os investimentos tendem a caminhar para o mercado financeiro (empreendedor especulativo), e esse tipo de investimento não preenche a lacuna deixado pelo consumo (sua ausência no caso). E isso vem se agravando, uma vez que com a evolução do mercado financeiro, os investimentos que são fixos para os empreendedores e para os consumidores, se tornam cada vez mais voláteis para os investidores especulativos, tornando os “mais protegidos” das variações de mercado.

Temos também a situação de queda abrupta da eficiência marginal do capital. Keynes diz que:

[...] Creio que a explicação mais normal, e por vezes a essencial, da crise não é primordialmente uma alta taxa de juros, mas um repentino colapso da eficiência marginal do capital[...] o pessimismo e a incerteza a respeito do futuro que acompanham um colapso da eficiência marginal do capital

suscitam, naturalmente, um forte aumento da preferência pela liquidez e, conseqüentemente, uma elevação da taxa de juros. Nestas condições, o fato de a queda da eficiência marginal do capital ser freqüentemente acompanhada por uma elevação da taxa de juros pode agravar seriamente o declínio do investimento. O essencial, porém, de tal estado de coisas reside, não obstante, na queda da eficiência marginal do capital, especialmente no caso das categorias de capital que, no curso da fase anterior, mais contribuíram para os novos investimentos. (KEYNES, 1996, p.274)

Colocando algumas causas que possam levar a queda do investimento, levando a uma insuficiência da demanda efetiva, temos algumas propostas apontadas por Keynes para a prevenção de situações como as colocadas anteriormente.

Keynes sugere que haja um controle em relação a taxa de juros, mantendo-a em patamares mais baixos, para que a primeira situação aqui proposta não ocorra, ou seja, que a taxa de juros não seja utilizada para investimentos especulativos majoritariamente. Além disso, um outro efeito provocado pela redução da taxa de juros, é uma maior facilidade de acesso ao crédito, fazendo com que o nível de investimento tenha uma tendência a subir, e com o investimento em ascensão, será demandado mais empregados, e com um maior número de empregados, temos maior consumo, fazendo com que para um novo nível de emprego a lacuna a ser preenchida pelo investimento seja menor.

Também é proposto por Keynes uma reformulação do sistema tributário, com a vigência de uma tributação mais progressiva. Isso é sugerido, porque segundo a lei psicológica fundamental, quanto mais renda disponível para o indivíduo, menor será seu gasto proporcionalmente falando. Logo, se passa a vigorar uma tributação mais progressiva, os indivíduos menos favorecidos passam a dispor mais renda para consumo (renda essa que será toda ou quase toda gasta), fazendo que a propensão a consumir da sociedade como um todo seja alterada, elevando-a. Com isso, diminui-se a dependência do investimento para se efetivar uma demanda efetiva. Vale ressaltar que existem indivíduos que estão em situações tão desfavorecidas, que todo o aumento da renda se converterá em consumo, e mais, na tentativa de estabelecer uma relação com a redução da taxa de juros, se ambas medidas fossem implementadas, os indivíduos contariam com um aumento na renda e uma facilitação do crédito, desse modo o indivíduo poderia aumentar seu consumo para além de sua renda, pois conta com esse aumento da renda para garantir o pagamento de possíveis financiamentos, por exemplo.

E último ponto a ser analisado seria a formação de um salário social. Essa incumbe em melhor utilização dos impostos para a criação de meios de proporcionar melhorias para a sociedade, como por exemplo, a criação de hospitais e uma rede de saúde como um todo, redes de transportes, sistema de segurança, sendo estes de qualidade (de fácil acesso ou até mesmo gratuitos),

possibilitando ao indivíduo despendar a renda que utilizaria nesses serviços de outra maneira, como no consumo ou no investimento.

Podemos ver então que ambos os pensamentos tratados até aqui, o austríaco (representado por Mises e Hayek), e o pensamento de Keynes, apesar de cada um enxergar a economia à sua maneira, ambos propõem medidas para neutralizar os desequilíbrios do sistema.

A VISÃO DE KARL MARX

Em contrapartida, o pensamento apresentado por Karl Marx se difere destes dois. Marx ao analisar o sistema, na tentativa de diagnosticar o funcionamento da economia capitalista, não apresenta medidas, ou aponta características pontuais para levá-la ao equilíbrio. E isso não acontece pelo fato de que Marx toma como ponto de partida que as economias capitalistas são intrinsecamente desequilibradas, portanto diferente dos outros citados anteriormente, ele não acredita que é possível chegar a um verdadeiro equilíbrio. Então, pelo fato do sistema estar continuamente em desequilíbrio, e ser profundamente contraditório (uma vez que a doença do sistema se encontra em seu germe, fazendo do mesmo contraditório, pois os mesmos movimentos que lhe fazem avançar são os mesmos que o “mata”), as crises se encaixam como os momentos em que tais contradições se tornam mais evidentes para aqueles que nele vivem e para aqueles que o estudam. Marx então procura descrever o funcionamento da economia, fazendo uma crítica à economia política:

A primeira tarefa da crítica é, então, de levar às últimas consequências as definições teóricas da economia clássica, indicando-lhes as inconsistências. A resolução destas demandará, a seguir, o surgimento de novas categorias, a mudança no significado de algumas das antigas, a desmontagem do sistema de articulações entre elas, como consequência do aparecimento de novas significações, e a remontagem do sistema conforme estas últimas. (GRESPLAN, 2000, p.96)

Para desenvolver seu pensamento e conseguir entender e explicar as contradições intrínsecas ao sistema, Marx utiliza-se da dialética, pois segundo (GRESPLAN, 2000) o entendimento e a exposição só acontecem seguindo os desdobramentos das categorias, e isso só ocorre se as categorias forem desenvolvidas junto com suas contradições aparentes. Para elucidar como Marx enxergava as contradições no sistema, podemos analisar um ponto tratado pelo autor que é o movimento da taxa de lucro. E para tal, iremos utilizar como ferramenta a composição orgânica do capital. Podemos entender como composição orgânica do capital a relação entre os gastos despendidos em salários (capital variável) e nos gastos com máquinas e matérias primas (capital constante), por exemplo. Com uma tendência ao aumento da produtividade do trabalho à medida que a economia capitalista avança, tal produtividade leva a um mesmo trabalhador ou conjunto de

trabalhadores em um mesmo intervalo de tempo produzirem uma maior quantidade de produtos ou executar uma maior quantidade de serviços. Vale lembrar que para Marx o valor é advindo do trabalho, e o valor de uma mercadoria se dá pela quantidade de trabalho socialmente necessária para sua produção. Assim sendo, o aumento da produtividade acarreta uma menor participação do capital variável frente ao capital constante em cada unidade produzida. Marx diz que:

Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente. (MARX, 1986, p.164)

O autor nos mostra que mesmo com uma possível elevação da taxa de mais-valia (aumento da produtividade), temos uma elevação do capital constante frente ao capital variável. Se esse aumento da produtividade for fruto de uma elevação do capital constante frente ao capital variável, e se essa variação for maior do que a variação da mais-valia efetiva-se a redução da taxa de lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita a exemplificação do pensamento de Marx e dos demais estudiosos aqui abordados, podemos perceber que a maneira de encarar o desenvolvimento da economia e a resolução de seus gargalos se apresentam de diversas formas. O que temos que ressaltar é que cabe aos que virão depois analisar aqueles que podem lhe servir como base para entender a dinâmica econômica atual e decidir aquele ou aqueles que melhor se encaixam com o seu modo de enxergar as relações econômicas, sendo as crises pertencentes a este grupo.

Referências Bibliográficas

GRESPLAN, J.L. A crise na crítica da Economia Política. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.94-110.

DE SOTO, Jesus Huerta. **A Escola Austríaca**, São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em : <http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/Escola%20Austr%C3%ADaca%20-%20Mercado%20e%20criatividade%20empresarial%20-%20WEB.pdf>. Acesso em: 24/07/2018

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultura, 1986. Livro III, Tomo I.

KEYNES, J.M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
Disponível em:
http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/090320170036_Keynes_TeoriaGeraldоеmpregodojuroedamoeda.pdf. Acesso em: 25/07/2018